



LEI ORDINÁRIA Nº 880

de 16 de fevereiro de 2012

"Fixa o subsídio dos Vereadores do Município de Chapadão do Sul - MS e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Chapadão do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º..

Fica o subsídio mensal dos Vereadores do Município de Chapadão do Sul MS, para a legislatura de 2013 a 2016, fixado em R\$ 5.970,00 (cinco mil, novecentos e setenta reais), consoante o Ato nº 103/2010 - MESA DIRETORA da Assembléia Legislativa do listado de Mato Grosso do Sul que transforma em valor nominal o subsídio mensal do Deputado Estadual de acordo com o que estabelece o Art. 2º da Lei Estadual 3.986/2010, ora em R\$ 20.042,35 (vinte mil, quarenta e dois reais e trinta e cinco centavos).

Art. 2º..

O subsidio dos Vereadores não poderá ultrapassar ao índice percentual de 5% da receita do Município, observando ainda o Duodécimo Mensal deste Poder legislativo e as disposições insertas na Lei Complementar Federal nº 101 e demais normas legais pertinentes.

Art. 3º..

O Subsídio mensal do Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Chapadão do Sul - MS fica Fixado em R\$ 9.950,00 (nove mil, novecentos e cinquenta reais), e o subsidio mensal do 1º Secretário da Mesa Diretora fica Fixado em R\$ 7.950,00 (sete mil, novecentos e cinquenta reais).

Art. 4º..

A ausência do Vereador à sessão ordinária, ou a sua não participação na ordem do dia da sessão legislativa realizada, implicará no desconto de 1/4 do valor do seu subsídio mensal para cada falta verificada, salvo justificativa apresentada tempestivamente ou consoante permissão regimental.

Art. 5º..

No período do recesso legislativo, os subsídios mensais serão pagos de forma integral.

Art. 6º..

O comparecimento efetivo as sessões extraordinárias realizadas no período de recesso legislativo será remunerado na proporção de 1/4 do subsídio mensal para cada sessão, até o máximo de quatro, observada a disponibilidade efetiva de recursos para a realização das despesas com a finalidade.

Art. 7º..

As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão a conta da seguinte dotação orçamentária: 3.1.90.11 - Vencimentos e vantagens fixas pessoal civil, consignada no Orçamento do Poder Legislativo Municipal em cada exercício financeiro.

Art. 8º..

O Subsídio poderá ser ajustado mediante revisão geral anual, obedecendo-se os limites estabelecidos na Constituição Federal.

Art. 9º..

Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

JOCELITO KRUGPREFEITO MUNICIPAL

Lei Ordinária Nº 880/2012 - 16 de fevereiro de 2012

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em